



HAL
open science

Arquivos coloniais, arquivos colonialistas?

Michel Cahen

► **To cite this version:**

Michel Cahen. Arquivos coloniais, arquivos colonialistas?. Maria de Lurdes Henriques (IANTT). IV° Seminário internacional de Arquivos de tradição ibérica, Instituto dos Arquivos Nacionais. Torre do Tombo; Associação latino-americana de Arquivos, 2005. halshs-02963483

HAL Id: halshs-02963483

<https://shs.hal.science/halshs-02963483v1>

Submitted on 10 Oct 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

ARQUIVOS COLONIAIS, ARQUIVOS COLONIALISTAS?

OS FUNDOS DE ARQUIVOS COLONIAIS DA PIDE/DGS E OUTROS,
COMO FONTES HISTÓRICAS

MICHEL CAHEN

*Centre d'études d'Afrique noire
Institut d'études politiques de Bordeaux*

Esta comunicação é baseada numa prática de investigação nos arquivos da PIDE/DGS e outros como os dos SCCIM – Serviços de Coordenação e Centralização de Informações de Moçambique, dos ANPU – Arquivo do Gabinete dos Negócios Políticos do Ultramar –, logo após a sua abertura ao público. Depois da minha experiência nova documentação e novos fundos foram disponibilizados para felicidade do historiador – mais fontes! – e também para seu pesadelo – tantas fontes! Nesta comunicação propomo-nos abordar principalmente a situação de Moçambique.

I. O Arquivo da PIDE-DGS de Moçambique como fonte histórica

A situação do fundo do arquivo da PIDE de Moçambique é completamente diferente da de Angola ou da Guiné. No IAN/TT não há fundos provenientes de Moçambique! Foi um crime contra a Memória e contra a História perpetrado pelo Alto Comissário do Governo de transição que mandou queimar o arquivo da Delegação da DGS em Moçambique.

Qual é então a situação do fundo da PIDE de Moçambique?

Nos Arquivos Centrais, em Lisboa, era sistematicamente arquivada toda a correspondência enviada pela Delegação de Lourenço Marques, bem como cópias de toda a correspondência enviada para aquela Delegação, dando origem à constituição de processos completos: os SR, GAB, CI. Qual a proporção da documentação que foi salvaguardada? É impossível responder: 50 %? – talvez! Mas esta proporção não é homogênea e varia segundo as tipologias documentais. Pode-se pensar, ou pelo menos esperar, que são precisamente os assuntos mais importantes os que foram salvaguardados, tendo em conta os diferentes relatórios de situações encontrados, e raramente se encontrar um processo crime. No entanto, o historiador não pode satisfazer-se com esta “suposição”, porque o que era «mais importante» ou

pelo menos o que tal foi considerado pelos inspectores da PIDE em Moçambique, não o é, obrigatoriamente para o historiador de hoje, que poderia encontrar uma maior riqueza noutra tipo de documentação/informação.

No entanto, mesmo que os fundos documentais produzidos em Moçambique sejam mais reduzidos do que os de Angola, fica uma certeza: a de que se pode trabalhar muito a sério e por longas temporadas, na documentação da PIDE no que respeita à colónia do Índico. E ainda assim, a variedade de assuntos tratados é muito abrangente, uma vez que a PIDE vigiava tudo ou quase tudo: Frelimo, associações legais, igrejas, consulados, etc. Os documentos não sofreram grande expurgo exigido pela legislação portuguesa até porque o tipo de documentação não contempla listas de agentes infiltrados ou de pessoas sob suspeita, mas sim, relatórios de situação, que em nosso entender, não precisariam de qualquer expurgo.

O que é que se pode apreender sobre a PIDE-DGS, trabalhando nos seus arquivos¹? Não pretendendo fazer aqui uma exposição sobre esta temática, quero realçar algumas «impressões»: a de que se pode concluir que a PIDE em Moçambique era bastante diferente da de Angola, ainda que, obviamente os traços predominantes sejam idênticos.

A maior diferença parece ser a de que a PIDE-Moçambique era pouco militarizada, embora trabalhando diariamente com o Exército contra a Frelimo. Mas o director da PIDE vigiava pouco o Exército e foi até ao último momento contra a formação de “Flechas” em Moçambique, por motivos orçamentais e porque estava convencido que a formação de “Flechas” ia criar atritos com o próprio Exército. E é verdade que, ao nível das tropas especiais em Moçambique, a prioridade foi dada aos comandos e aos Grupos especiais, Grupos especiais paraquedistas e Grupos de pisteiros de combate todos do Exército. Os “Flechas” da DGS começaram a ser formados muito tardiamente, apenas em finais de 1972. Acresce ainda em Moçambique, um fenómeno chamado Jorge Pereira Jardim, que tinha alguns grupos próprios e ainda tropas informais como o grupo do “Roxo”.

Esta «fraqueza militar» da PIDE em Moçambique não impediu a presença de elementos seus em massacres, como no caso de Wiryamu, mas a verdade é que a PIDE ficou essencialmente uma polícia civil – o que não quer obviamente dizer que tenha sido suave! Há, pois, algumas fontes sobre o treino e actuações dos “Flechas”, mas em número relativamente reduzido.

Eficácia da Pide

A eficácia da penetração da PIDE parece muito variável, bem como a sua actuação repressiva. Eis alguns exemplos.

¹ Nesses anos de meu intenso trabalho nos arquivos da PIDE, a tese de Dalila Mateus, *A Pide /DGS na Guerra Colonial (1961-1974)*, Lisboa, ISCTE, Março 2004, ainda não tinha sido defendida.

Para um estrangeiro como eu, há uma coisa que parece muito estranha, mas muito forte – é o respeito pela «categoria», como se dizia. Na Metrópole esse respeito pela «categoria» – isto é a categoria *social* –, a que pertenciam as vítimas da PIDE, reflectia-se a nível do tratamento. Por exemplo: não se torturava de igual modo um Professor Catedrático ou um proletário, embora ambos pudessem ser acusados do mesmo crime, isto é ser comunistas. Nas colónias, este respeito pela categoria social, reflectia um teor racista. Não estou a falar só no tratamento de prisioneiros, mas também das decisões de actuação. A PIDE aceitava bem algumas palavras «incorrectas» nas camadas brancas, mas tornava-se intransigente em relação aos indígenas ou assimilados. Tinha uma forte penetração em todas as associações legais de Moçambique – Associação Africana, Centro Associativo dos Negros de Moçambique, Associação Humanitária da Zambézia, etc. –, tinha uma certa penetração nas igrejas protestantes e zionistas bem como nas associações de moçambicanos emigrantes na Rodésia e na África do Sul.

A penetração ao mais alto nível, dentro da Frelimo, passados os primeiros anos, parece muito fraca se se tivermos em conta a pouca frequência das informações sobre a Frelimo, isto é: há muitas vezes uma grande abundância de detalhes sobre assuntos como as viagens dos dirigentes ao exterior, sinal de que há uma penetração nos aeroportos, hotéis, ou cooperação com outros serviços ocidentais, mas uma grande pobreza de informação política sobre a direcção máxima. O que não quer dizer que não tenha havido uma penetração de alto nível, mas não a um nível necessário para a luta anti-subversiva. Havia um agente da DGS no Comité Central e no grupo dos dirigentes que acompanhou Samora Machel aquando da sua descida triunfal do Rovuma ao Maputo em 1975, mas só um e não consegui descobrir o seu nome! As análises *políticas* que a DGS faz sobre a Frelimo são fraquíssimas.

Muitas vezes, a maior parte das informações eram oriundas não da penetração, mas dos serviços de escuta. A cifra da Frelimo era com frequência quebrada pela PIDE/DGS. Os SHERET do Exército eram a principal fonte em Moçambique, segundo Costa Gomes, entrevistado por mim, para a actuação dos militares.

Na acção psicossocial, fracassos como o de Lázaro Nkavandame demonstram a incapacidade em produzir uma análise política de qualidade em tempo útil. A fuga de Nkavandame, dirigente da Frelimo, para a região de Cabo Delgado, foi organizada tarde demais, e com base em muitos equívocos e numa promessa de autonomia de Cabo Delgado feita para o aliciar. A utilização psicossocial fracassou completamente: apesar do seu grande prestígio, a deserção de Nkavandame retirou-lhe toda a base de apoio popular dos Macondes e apesar desta situação, o Exército trouxe o velho dirigente de helicóptero de aldeia em aldeia, sem aterrar, para anunciar, de altifalante que «a guerra acabara».

De realçar mais uma diferença da PIDE em Moçambique em que parece ter havido sempre uma coexistência pacífica com os SCCIM (Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique) situação que não se verifica em Angola.

Sobre as torturas e eliminação física, a situação parece ter sido muito variável dependendo dos lugares e das personalidade dos responsáveis locais, nomeadamente sub-inspectores. Mas obviamente, nunca se encontrará nada nos arquivos directamente relativo a torturas ; por exemplo, o certificado de óbito do chefe Megama do Chiure, na Ilha do Ibo, menciona unicamente um «problema cardíaco». Noutros casos é verdade que a tortura nem era necessária: muitos guerrilheiros de base, quando presos, falavam com facilidade e *com orgulho*, de tudo o que tinham feito. Depois, obviamente, bem sabiam que seriam eliminados se não aceitassem ser recuperados – *estranha guerra portuguesa sem nenhum prisioneiro de guerra...*

Ficaram casos tristemente célebres e trágicos como a morte, na prisão do padre Manganhela da Missão Suíça que foi encontrado enforcado na cela. Parece ter sido mais vítima de tortura psicológica do que física, mas isto precisaria de uma comprovação muito difícil.

Sobre casos como o do assassinato de Eduardo Mondlane nunca se irá encontrar nada nos arquivos da DGS. De qualquer modo, uma decisão de tal nível político não era da competência da DGS de Moçambique, mas sim, dos Serviços Centrais em Lisboa e provavelmente de Barbieri Cardoso. Uma vez, encontrei alguns documentos sobre uma tentativa fracassada de assassinar Amílcar Cabral, organizada pela subdelegação de Cabo Verde. Na margem do último documento arquivado relativo a este assunto, está escrito, pela mão de Barbieri: «essas coisas não se falam ou não se fazem» e não há mais documentos... Não tenho a mínima dúvida sobre o papel da DGS na morte de Eduardo Mondlane, mas não foi nos arquivos que encontrei elementos para fazer esta afirmação.

Em suma, a PIDE-DGS de Moçambique, segundo os arquivos, aparece como uma máquina perigosíssima, mas não se revela como aquela superpotência que o mito ou o medo lhe deram. Tinha graves problemas materiais e de recursos humanos e não se podia controlar facilmente um país com uma extensão 7,5 vezes superior à de Portugal. Posso dar um exemplo bem significativo: a PIDE soube da fuga do jovem assimilado Samora Moisés Machel rumo à Suazilândia quando já se encontrava a meio do percurso, e um agente foi ter com o Inspector Vaz para lho anunciar e pedir se podiam ir buscá-lo de jeep. Vaz pensou e decidiu: «Não vale a gasolina!». E deixou sair de Moçambique aquele enfermeiro auxiliar. Tempos depois, começaram a chegar de Moscovo, através de um informador infiltrado junto do primeiro grupo de treino de guerrilheiros, que havia lá um jovem com grande capacidade e carisma e que se devia seguir com a máxima atenção o seu percurso. Entrevistado por mim, trinta anos depois dos factos, Vaz confessou: «Afinal, valia a gasolina»...

Mas a PIDE, não foi sempre uma estrutura extremista, por exemplo manifestava uma política religiosa bastante inteligente para com as igrejas negras que não eram legalizadas nem proibidas, afim de evitar o mergulho numa opaca clandestinidade. Por outro lado e sobretudo nos últimos anos, a DGS vigiava também os «comportamentos indesejáveis» de brancos para com negros, antagónicos à APSIC (acção psicológica): pois também tinha que fazer respeitar o luso-tropicalismo tardio do Estado Social de Marcelo Caetano.

2. Os Serviços de Coordenação e Centralização de Informações de Moçambique

Trabalhei nos Arquivos dos SCCIM quando ainda não tinham sido tratados nem «catalogados». Só podia requisitar as caixas, uma após outra e apenas com a indicação de um título genérico para cada caixa, nem sempre fiel ao seu conteúdo real. A grande vantagem, em comparação com a PIDE era a de que não havia o prazo de espera dos «primeiros pedidos», uma vez que não se tratava de arquivos de uma polícia política com processos pessoais. Quando colegas esperavam meses para ter acesso a documentos da PIDE, eu tinha-os em trinta minutos, no máximo um dia.

A documentação dos SCCIM tem uma estrutura completamente diferente da da PIDE/DGS. As origens dos SCCIM localizam-se em 1958-59 num pequeno núcleo directamente ligado ao Governador Geral, a «Central de Informação» dirigida por Afonso Henrique Ivens Ferraz Freitas, antigo administrador de Lourenço Marques, formado na Inglaterra, casado com a filha do Governador madeirense Gabriel Maurício Teixeira. Em 1960, foram oficialmente criados em Moçambique os SCCIM, em Angola os SCCIA e na Guiné os SCCIG, com ligação directa ao Governador Geral, isto é, ao poder civil, excepção feita na Guiné em que o Governador era também o Comandante-Chefe das Forças Armadas, mas mesmo assim a estrutura ficou apenas civil.

Tratava-se de um serviço de “inteligência” e não de uma polícia. Embora trabalhando em cooperação com a PIDE não fazia prisões. Colocavam-se dentro dos SCCI os melhores administradores coloniais, aqueles que tinham uma certa sensibilidade para antropologia, que faziam análises, relatórios de situação cujos documentos constituem uma fonte de primeira ordem para os anos 1960 e 1970, muitas vezes melhores que os documentos da PIDE. É possível que uma parte, a classificada «muito secreta» tenha sido queimada no início de Maio de 1974 contra a vontade do Coronel Spranger, o seu último Director. No entanto, o que ficou relativamente a Moçambique foram umas 500 caixas, ainda em tratamento!

Quando o tratamento e catalogação dos arquivos dos SCCIM e dos outros, estiverem concluídos, teremos certamente uma fonte de primeira ordem para a história colonial.

3. Arquivo do Gabinete dos Negócios políticos do Ultramar (ANPU)

Abordo este arquivo, não porque tenha trabalhado muito nele, mas porque estive no percurso da sua «descoberta» ou «localização», o que pode ser considerado exemplo para outros arquivos que talvez, estejam ainda «à espera de serem descobertos». Trata-se de um arquivo que foi constituído no Ministério do Ultramar, em Lisboa, pelo que não foi destruído. O Gabinete dos Negócios Políticos do Ultramar criou uma célula de peritos, destinada a receber e cruzar informações de origens diferentes, PIDE-DGS, SCCI, Administrações Coloniais e que, com base nelas, devia produzir documentos de análise principalmente para uso do Ministro.

Foi criado em 1959, quando o poder político se apercebeu que não dispunha de informação de qualidade que os «temidos ventos da história» impunham.

Este arquivo esteve – e penso que, pelo menos em certa medida ainda está – subaproveitado, por várias razões:

– Ficou anos a fio no sótão do palacete das Laranjeiras, isto é num prédio de um Ministério que não tinha mais qualquer relacionamento com o antigo Ultramar; quase completamente esquecido e já coberto de centímetros de poeira...

– A intervenção decidida e rápida do IAN/TT, na pessoa do então seu Director Prof. Dr. Bernardo de Vasconcelos e Souza, conduziu à incorporação do ANPU no Arquivo Histórico Ultramarino.

– No entanto, ao contrário do que eu pensara, o que tinha «descoberto» numa bela manhã no sótão das Laranjeiras era somente uma parte e provavelmente não a mais importante dos ANPU! Outra parte estava, bem organizada e arquivada, no Palácio das Necessidades, no Arquivo Histórico-Diplomático. Desconheço a razão porque o fundo do arquivo do Ultramar, que sob ponto de vista institucional, deveria transitar, durante a descolonização, pelo Ministério da Cooperação Interterritorial e depois para o Ministério da Administração Interna, foi parar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, cujo Arquivo Histórico-Diplomático conserva os fundos das embaixadas e consulados. Sob o plano africano, encontram-se pois no AHD fundos documentais de grande interesse, vindos dos consulados em Tanganica, Quênia, Congos, Rodésia e ainda da Embaixada Portuguesa na África do Sul, ou de outro qualquer país africano, mas nunca documentos oriundos da Administração Colonial Portuguesa ou do próprio Ministério do Ultramar, que eram assuntos internos.

Ora o estatuto do AHD não é igual ao da Torre do Tombo ou ao do AHU. O AHD é um arquivo privado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aberto ao público, para documentos desclassificados. Quando descobri a presença de uma parte dos ANPU no AHD, estavam *globalmente* classificados, o que atrasou a sua acessibilidade. Felizmente, esta situação já foi ultrapassada, conforme confirmou recentemente a Dra. Isabel Fevereiro (directora do AHD) que os ANPU vão sendo desclassificados à medida que vão sendo requisitados para consulta, sendo que, uma grande parte já está disponibilizada. Em Julho 2005, a parte não desclassificada destes Arquivos era mínima (cerca de 1 %). Esta nova situação reflecte um grande progresso e uma excelente notícia.

– No entanto, fica a necessidade, a meu ver, de reconstituir a unidade do fundo: não faz sentido ter um fundo em dois lugares físicos diferentes. A escolha do lugar da «reunificação», permitida pela desclassificação global, não é da minha competência, embora faça, cientificamente, sentido, ser no AHU.

* * *

Em poucos anos, outros arquivos se abriram ao público especializado e aos investigadores. Além dos ANPU, penso nos Arquivos Militares, no Arquivo da Companhia de Moçambique e também no Arquivo Oliveira Salazar e Marcelo Caetano, em matéria colonial. Por fim, há outros arquivos de família que seria desejável viessem aportar a instituições públicas bem equipadas.

Pretendo terminar com três registos

– Os arquivos coloniais portugueses são, mais do que obviamente, «arquivos colonialistas», na medida em que todos os documentos produzidos pela « Situação», a administração colonial, a PIDE, etc., com a excepção de documentação capturada no «IN» (por «inimigo», «comunistas», «turras», etc.) estão integrados neste paradigma. Esta situação constitui um problema geral e permanente de qualquer arquivo: o distanciamento crítico do investigador em relação às fontes e por outro lado a necessidade, por parte do investigador, de uma clara consciência do desequilíbrio arquivístico fundador da opressão colonial – há mais documentos produzidos pelo opressor do que pelo oprimido e a conservação dos primeiros é melhor que a dos segundos e a respectiva acessibilidade também. Espera-se ainda a abertura ao público dos arquivos da Frelimo, por exemplo. E é verdade, senti eu próprio, que, ao trabalhar anos a fio numa documentação em 90 % colonialista, não poucas vezes de boa qualidade e no caso de Moçambique mais especificamente pela razão que evoquei no início, sem muitos «processos crimes» e relatórios de interrogatórios com torturas, em suma, numa documentação que é a da vida diária colonial, *normalmente colonial*, forja-se uma situação não de empatia e ainda menos de simpatia para com o colonialismo, mas de «convivência»: estamos com «eles», juntos na poeira dos velhos documentos, seguimos vidas, é uma existência quase física que se desenha progressivamente, e o investigador – eu, por exemplo, embora anti-colonialista como historiador da minha geração pós-1968 –, afinal, “...gosta da presença deles já antiga, junto da nossa, moderna ...” Há uma tendência quase inconsciente para dar mais peso a uma fonte colonial do que a uma fonte anti-colonial. Isto enfraquece a distância crítica necessária e verifiquei, ao ler certas dissertações de licenciatura e teses recentes de mestrado e até de doutoramento, que aquela distância não existia suficientemente. Aquele era «comunista» porque o documento foi encontrado numa caixa sobre «actividades comunistas»? Ou, mais simplesmente: porquê ir buscar documentos do outro lado, ao tal «IN», quando o que está em Lisboa já permite trabalhar dezenas de anos a fio? Obviamente, o defeito «inverso» – a recusa, pelo menos relativa, do valor de um documento oriundo dos arquivos coloniais – existe (*cf. infra*). Pode ser quando o investigador é um jovem moçambicano por exemplo. Mas

este defeito «inverso» não é em nada atitude geral do lado do tal moçambicano e o defeito «primeiro» e mais grave está do «nosso» lado porque somos mais numerosos e porque temos mais possibilidade de investigar.

– No final da primeira geração de historiadores portugueses antifascistas que denunciaram o colonialismo, este defeito inverso continua a existir também do lado europeu, nomeadamente quando o investigador não é português. Ao ler certos trabalhos mesmo hoje, têm-se a impressão, por exemplo, em trabalhos de língua inglesa, que ainda se trata de condenar o colonialismo, de dar prova que foi um horror e não um acto de heroísmo. A metodologia histórica permite ultrapassar esta maneira de apresentar o problema, opondo heroicide e horror. A colonização como fenómeno, o colonialismo como sistema económico-social e ideologia política podia ser apenas um acto heróico tão somente, *porque era horror*: invasão de países estrangeiros, ocupação, negação de sociedades inteiras, exploração laboral e sexual, precisavam de uma ideologia de acto heróico. A desumanização do Outro esteve sempre na base das colonizações. O problema é que... já não é de facto esse o problema. Considero como admitido pela esmagadora maioria dos historiadores que o colonialismo foi um horror *como sistema*. Mas precisamente por isso, estaremos ainda numa etapa em que se deve condenar? Tenho esperança que já não é essa a nossa tarefa: em contrapartida, ainda temos muito trabalho para perceber como é que este sistema *funcionou* – nenhum sistema pode funcionar só pela violência –, para perceber que dentro de um *sistema* horrroso, houve *pessoas* notáveis e de grande qualidade, que amavam com certeza a vida colonial, mas também amavam a África. Isto condiciona o uso que se faz dos arquivos: quer-se procurar «provas» da exploração colonial e vão encontrar-se, com certeza; quer-se tentar construir uma sociologia histórica mais global, ou uma história social, da colonização e do colonialismo português e também se conseguirá.

– Em matéria colonial do século XX, Portugal tem uma situação comparável à do tempo da Inquisição: aquela actuação portuguesa foi tão burocrática que há papeis sobre papeis e sobretudo quilómetros de documentos, o que ao mesmo tempo constitui a felicidade e o pesadelo do historiador.

Pois é, entre a felicidade e o pesadelo, que vamos indo!